

Corregedor tira polícia do caso Lubeca

**Para investigadores
suspensão do inquérito
deve-se a pressões
da Bunge y Born**

RENATO LOMBARDI

O inquérito policial instaurado pelo 4º Distrito da Consolidação para apurar o Caso Lubeca foi avogado ontem pelo ministro Romildo Bueno de Souza, Corregedor Geral da Justiça Eleitoral e do Tribunal Superior Eleitoral, que determinou a imediata suspensão das investigações e a remessa dos autos para o Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo.

O delegado Massilon José Bernardes e os promotores Dráusio Lúcio Barreto e Silvino Perantoni, que estavam apurando denúncia de corrupção na Prefeitura Municipal de São Paulo e descobriram outros delitos como Caixa 2, prevaricação, falsificação de documentos, emissão de notas "frias", lamentaram a decisão do ministro e estranharam pois não há nada no inquérito que configure um crime eleitoral. "Não conseguimos provar em nenhum momento que o dinheiro da Lubeca foi parar na conta do Partido dos Trabalhadores. Soube-mos que o dinheiro ficou com os próprios diretores da Lubeca", explicou Massilon José Bernardes.

O rastreamento realizado pelo Banco Central para saber o destino dos NCz\$ 900 mil pagos pela Lubeca à empresa Tertec foi concluído quarta-feira e a polícia e o Ministério Público identificaram as pessoas beneficiadas: o advogado e empresário Luciano Girão, funcionário da Bunge y Born, dona da Lubeca, o empresário Luiz Bertazzo Filho, diretor do Banco Santista de Investimentos, pertencente também à Bunge y Born, Antônio Roberto Vulcano e Manoel Maria Moura Carvalho, diretores da Lubeca, José Luiz Aranha Moura, diretor da Apraisal Avaliações e Engenharia, Osmar Cássio Rossato, dono da Tertec, e Álvaro German Lema Izarrualde proprietário da Interfaw Assessoria Comercial.

A denúncia do Ministério Público contra os que ficaram com o dinheiro estava pronta e o juiz Vanderlei Aparecido Borges, corregedor da Polícia Judiciária, deveria decretar a pri-

são preventiva dos acusados de participação em quadrilha ou bando e emissão de notas "frias". A polícia identificou durante as investigações outras empresas ligadas ao "giro" do dinheiro desde a saída da Lubeca. Uma delas é a Lukon Internacional propriedade do uruguaio Ricardo Hahn Brager que vem pouco ao Brasil e segundo o promotor Dráusio Barreto usa documentos falsos.

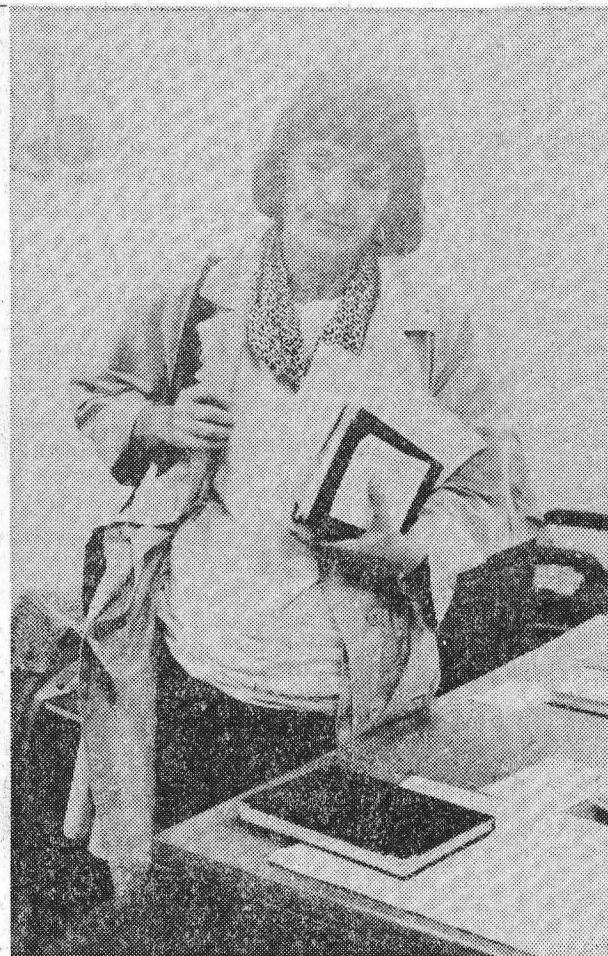
O responsável pelos negócios da Lukon em São Paulo é o uruguaio Álvaro German Lema Izarrualde também beneficiado com parte dos NCz\$ 900 mil. O delegado e os promotores encontraram no Banco Cidade, (agência central) na conta da Lukon, uma aplicação feita em 25 de agosto de NCz\$ 1.160.000,00. Para a polícia e o Ministério Público, Álvaro German juntou os NCz\$ 900 mil a outros NCz\$ 260 mil e os aplicou depois no Banco Francês Brasileiro em fundos ao portador. Deste último banco houve a distribuição para as contas de Luiz Bertazzi Filho, José Luiz Aranha Moura, Luciano Girão, e os outros envolvidos.

O promotor Dráusio Lucio Barreto declarou que as investigações foram interrompidas num momento decisivo quando os autores do golpe estavam identificados. "Existem pessoas muito importantes envolvidas no inquérito e acredito que a Justiça Eleitoral ao ver que não há crime eleitoral deverá devolver os autos para o prosseguimento da apuração." O delegado Massilon acredita que o TRE continuará apurando os crimes de notas "frias" prevaricação e falsificação de documentos. "Se o inquérito retornar à delegacia não tenho a intenção de continuar apurando porque não havia motivos para ser remetido ao TRE", desabafou o policial.

A polícia tem muitas informações sobre a influência dos diretores do grupo Bunge y Born. Luciano Girão, acusado de ter recebido parte do dinheiro que saiu da Lubeca, foi visto durante esta semana no Banco Central e no gabinete do ministro Saulo Ramos. A polícia foi informada que a Lubeca financiou a viagem do deputado federal Paes de Andrade (PMDB) à Mombaça, Ceará, quando assumiu a Presidência da República durante uma das viagens do presidente José Sarney. Girão é cearense de Fortaleza. O inquérito foi entregue ontem à noite ao juiz corregedor Vanderlei Aparecido Borges e hoje será encaminhado ao Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo.



AE-Arquivo



Lucy Bianco/AE

O promotor Dráusio e a secretária Ermínia: perto do fim o caso que abalou campanha de Lula